

FINANÇAS PÚBLICAS

CARGA HORÁRIA: 68 horas-aula

CÓDIGO: ES 431

PRÉ-REQUISITO: Não tem pré-requisito

CRÉDITOS: 4.0.0

EMENTA:

Atividade Financeira e Funções do Estado. Estrutura da Administração Pública Brasileira. Planejamento Público no Brasil. Receitas Públicas. Despesas Públicas. O Endividamento Público e seu Financiamento. Tributação e Eqüidade. Razões de Crescimento dos Gastos Governamentais. Lei de Responsabilidade Fiscal.

Objetivo: Conhecer a atividade financeira, as funções, a estrutura da administração pública e o planejamento público no Brasil. O endividamento público e seu financiamento, a tributação e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

PROGRAMA

UNIDADE I – ATIVIDADE FINANCEIRA E FUNÇÕES DO ESTADO

01.01. A finalidade pública: o bem comum.

01.02. As fontes de recursos públicos;

01.03. O atendimento das demandas sociais;

01.04. Funções: alocativa, distributiva e estabilizadora.

01.05. Princípios basilares da administração pública brasileira: legalidade e Supremacia do interesse público;

01.06. Legislação referencial: Constituição federal brasileira/1988 (CF/1988); lei 4.320/1964; Lei complementar (LC) 101/2000 (Lei de responsabilidade fiscal - LRF); lei 10.028/2000 (lei de crimes fiscais); decreto-lei (DL) 200/1967.

UNIDADE II – ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

02.01. A administração direta (centralizada);

02.02. Distribuição interna de competências;

02.03. Administração descentralizada: as indiretas; as delegações.

02.04. A administração burocrática;

02.05. A administração gerencial.

UNIDADE III – PLANEJAMENTO PÚBLICO NO BRASIL

03.01. O conteúdo constitucional da lei do plano plurianual;

03.02. A lei de diretrizes orçamentárias pela ótica constitucional e da LRF;

03.03. A função constitucional da lei orçamentária anual;

03.04. Princípios orçamentários decorrentes da CF/1988 e da lei 4.320/1964;

03.05. Execuções: orçamentária e financeira. Descentralização interna e externa de créditos orçamentários;

03.06. Partilhas constitucionais: fundos de participação de estados e municípios; as retenções de imposto de renda na fonte em pagamentos efetivados por estados e municípios; as partilhas dos impostos: territorial rural; sobre a propriedade de veículos automotores; sobre a circulação de mercadorias e serviços; sobre os produtos industrializados. A partilha da contribuição de intervenção no domínio econômico. Os recursos para as áreas de saúde e educação.

UNIDADE IV – RECEITAS PÚBLICAS

04.01. Caracterização da receita pública;

04.02. Receita extra-orçamentária;

04.03. Receita orçamentária;

04.04. Classificação da receita orçamentária;

04.05. Estágios da receita pública orçamentária.

UNIDADE V – DESPESAS PÚBLICAS

05.01. Os gastos públicos;

05.02. Despesa extra-orçamentária;

05.03. Despesa orçamentária;

05.04. Classificações da despesa orçamentária: legal, funcional, programática, institucional;

05.05. Restos a pagar;

05.06. Despesas de exercícios anteriores;

05.07. Suprimento de fundos;

05.08. Estágios da despesa orçamentária;

05.09. Créditos adicionais.

UNIDADE VI – O ENDIVIDAMENTO PÚBLICO E SEU FINANCIAMENTO

- 06.01. A composição da dívida flutuante;
- 06.02. Caracterização da dívida consolidada;
- 06.03. Déficit público e dívida pública;
- 06.04. Variáveis estoque e fluxo;
- 06.05. Necessidade de financiamento do poder público;
- 06.06. A necessidade de financiamento do governo central;
- 06.07. A necessidade de financiamento para os investimentos das estatais;
- 06.08. As metodologias de cálculo: critérios abaixo e acima da linha.
- 06.09. Senhoriagem;
- 06.10. Efeito Patinkin.

UNIDADE VII – TRIBUTAÇÃO E EQÜIDADE

- 07.01. Caracterização da carga tributária;
- 07.02. Ótimo tributário, segundo Laffer;
- 07.03. Princípio do benefício: benefício total, benefício proporcional, benefício marginal.
- 07.04. Princípio da habilidade de pagamento;
- 07.05. Neutralidade da tributação;
- 07.06. Produtividade do tributo;
- 07.07. Eqüidade horizontal;
- 07.08. Eqüidade vertical;
- 07.09. Impostos diretos;
- 07.10. Impostos indiretos;
- 07.11. Variáveis de transferência tributária;
- 07.12. Ótimo de Pareto.

UNIDADE VIII – RAZÕES DE CRESCIMENTO DOS GASTOS GOVERNAMENTAIS

- 08.01. Hipóteses teóricas de crescimento dos dispêndios públicos;
- 08.02. Dissociação entre custos e benefícios das ações públicas.

UNIDADE IX – LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

- 09.01. Caracterização da gestão fiscal responsável;
- 09.02. Os pilares da lei: planejamento, transparência, equilíbrio orçamentário e responsabilização;
- 09.03. Limites para gastos com pessoal através da receita corrente líquida;

- 09.04. Controle para inscrição de restos a pagar no último ano de mandato do titular de Órgão ou Poder;
- 09.05. Relatório resumido da execução orçamentária;
- 09.06. Relatório de gestão fiscal.

BIBLIOGRAFIA

Básica

- CAVALCANTI, Osório; PINHEIRO, Manuel et al. Orçamento Público: Planejamento, Execução e Controle. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2003.
- FILELLINI, Alfredo. Economia do Setor Público. São Paulo: Atlas, 1990.
- REZENDE, Fernando. Finanças Públicas. São Paulo: Atlas, 2001.

Complementar

- GOMES, José Emanuel Nogueira et al. Caderno de Finanças Públicas. Fortaleza: Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Ceará, Sindicato dos Contabilistas do Estado do Ceará, Universidade de Fortaleza, Assembléia Legislativa e Diário do Nordeste, 2004.
- SILVA, Lino Martins. Contabilidade Governamental. São Paulo: Atlas, 2002.